

16.03.2017 – 14h00

Relatório da audição

Entidade: ANPROPORT

Recebido por: Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

Assunto: Avaliação do impacto da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990, Deputado José Carlos Barros, deu as boas vindas às representantes da Associação Nacional de Professores de Português (ANPROPORT), Rosário Andorinha, Presidente da Direção, Carmo Vieira e Regina Rocha, membros da Direção, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra.

De entre os aspetos referidos, destacam-se:

- Aumento dos erros ortográficos ocorrido nos últimos anos fruto da aplicação do Acordo Ortográfico, questão muito preocupante para os docentes, pais e encarregados de educação e alunos;
- Gravidade da supressão das consoantes não articuladas;
- Ocorrência de problemas na aplicação do Acordo Ortográfico em diversos países;
- Com o Acordo Ortográfico 2691 palavras que se escreviam de forma diferente continuam a sê-lo; 569 palavras que se escreviam de forma diferente tornaram-se iguais; 1235 palavras que eram iguais tornaram-se diferentes; e 200 palavras que foram «inventadas»;
- Como cada país envolvido no Acordo Ortográfico tem a sua própria língua, não entende esta «tentativa» de uniformização. A este respeito as representantes da Associação adiantaram que até ao presente não foi feita qualquer uniformização ou harmonização e que há países que nem sequer ratificaram o Acordo Ortográfico (e provavelmente nunca irão fazer);
- Não é a ortografia que vai unificar a língua ou dispensar a existência de dois textos diferentes;
- O princípio fonético é um erro e tende a criar divisões; não há princípios fonéticos em linguística no que respeita a grafia, a grafia é uma coisa e a fonética é outra;
- A Associação defende que não se pode nem deve branquear este processo, inquinado desde o seu início, sobretudo porque os pareceres solicitados, 27 dos quais contrários à implementação do Acordo Ortográfico, designadamente o do Ministério da Educação, foram logo de seguida «escondidos» e ignorados;

- A desvinculação de Portugal do Acordo Ortográfico não criará problemas entre os diversos países;
- Com este Acordo Ortográfico o prestígio da língua portuguesa em todo o mundo não será maior, o que só pode e deve ser alcançado com outro tipo de medidas;
- O português estava estabilizado há 65 anos, o que já não acontece agora;
- A língua portuguesa, como fenómeno cultural que é, não pode estar sujeita a jogos políticos;

De seguida, colocaram diversas questões os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Diogo Leão (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), usando depois a palavra as representantes da ANPROPORT para prestar alguns esclarecimentos.

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho agradeceu a sua presença e os esclarecimentos pertinentes prestados.

A documentação entregue e a gravação da audiência encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#)

Palácio de São Bento, 15 de março de 2017

A assessora da Comissão,

Maria Mesquitela